

QUEM DESCOBRIU O CURRÍCULO OCULTO? UMA REFLEXÃO SOBRE FORMAÇÃO NA PMERJ

TC LUCIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA
TC SIMONE DUQUE ROMEU

RESUMO: O presente artigo científico faz uma reflexão sobre o currículo oculto e a formação na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). A discussão inicia-se com a revisita aos trabalhos acadêmicos produzidos na Escola Superior de Polícia Militar sobre a temática formação policial, na busca de pesquisas que abordassem o currículo oculto. Neste sentido, explora o conceito de currículo oculto e seus elementos constitutivos com vistas a desvelar e minimizar seus efeitos. Em seguida, apresenta a Pedagogia do Guerreiro como resultante das intervenções dos *ethos* militar e *ethos* do guerreiro na formação militar. Explica também o dilema entre o sagrado e o profano instituído pelo *ethos* do guerreiro nas instituições policiais. Por fim, se estabelece os desafios para a formação na PMERJ e aponta o currículo oculto como um fenômeno emergente a ser compreendido, que deve ser objeto de discussão permanente nos espaços de formação, a fim de conscientizar os atores envolvidos nos processos formativos para a responsabilidade e o compromisso com a política de ensino da instituição, fatores primordiais para o alcance de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Formação policial. Currículo oficial x currículo oculto. Pedagogia do guerreiro. Espaços de discussão.

ABSTRACT: This scientific paper is a reflection on the hidden curriculum and training in the Military Police of Rio de Janeiro State (PMERJ). The discussion starts with revisiting the academic work produced at the School of Military Police of the thematic police training in the pursuit of research that addressed the hidden curriculum. In this sense, explores the concept of hidden curriculum and its constituent elements in order to uncover and minimize its effects. Then presents the Warrior Pedagogy as a result of the intervention of the military ethos and warrior ethos in military training. It also explains the dilemma between the sacred and the profane established by the warrior ethos in police institutions. Finally, it sets out the challenges for training in PMERJ and points out the hidden curriculum as an emerging phenomenon to be understood, to be the subject of ongoing discussion in the training areas in order to educate the actors involved in training processes for accountability and commitment to the education policy of the institution, key factors for achieving quality education.

Keywords: Police training. Official curriculum x hidden curriculum. Warrior pedagogy. Spaces for discussion.

1. INTRODUÇÃO

A temática sobre a formação na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) é constantemente questionada interna e externamente, e, em consequência, alvo de críticas e exploração pela mídia.

A PMERJ iniciou em 2011 ações na área de educação, com apoio da Subsecretaria de Ensino Valorização e Prevenção da Secretaria de Estado de Segurança (SSEVP/SESEG), para atualização dos currículos adotados pelos Órgãos

de Apoio de Ensino (OAE), com objetivo de aproximar, ainda mais, o conteúdo das situações vivenciadas no cotidiano e promover o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício das atividades policiais. (SESEG/RJ, 2012).

O primeiro currículo implementado após as atualizações propostas em 2011, foi o do Curso de Formação de Soldados no ano de 2012, que no transcorrer destes quatro anos, submeteu-se a nova revisão, que será implementada neste ano de 2016 (CORTES; MAZURANA, 2015). Inobstante as revisões curriculares, as críticas relativas à formação policial ainda permanecem.

A relação Cultura, Política e Educação é fundamental para entender a construção de um currículo, seu desenvolvimento e resultados. Assim, as transformações sociais se refletem dinamicamente na educação, logo, torna-se necessário conhecer quais as teorias que a sustentam, pois não se restringe a um conjunto de conteúdos dispostos em um documento, mas, sim, em teorias sobre conhecimento escolar, processos de conflitos culturais, políticos, ideológicos, conforme afirma Lopes (2006, apud CHAVES, 2013):

[...] o currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade, que cada um de nós traçou nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. O grande tapete que é o currículo de cada escola, também sabemos todos, nos enreda com os outros formando tramas diferentes e mais belas ou menos belas, de acordo com as relações culturais que mantemos e do tipo de memória que nós temos de escola [...]. (LOPES, 2006 apud CHAVES, 2013, p. 2).

Nessa visão pode-se dizer que são grandes as influências existentes na proposta de elaboração de um currículo, até mesmo os próprios anseios dos responsáveis pela sua elaboração.

Moreira (1997) destaca que emergiu da teorização educacional contemporânea diferentes ênfases nos elementos constitutivos do currículo que possibilitaram novas formas de compreender as relações entre currículo e poder, a qual inclui os conteúdos - currículo formal, para a prática escolar efetiva - currículo real - e as regras e normas não explicitadas que imperam nas relações que se estabelecem no ambiente escolar - currículo oculto.

Entende-se por currículo formal, o documento escrito do currículo, ou seja, a materialização no plano da rotina administrativo pedagógica do estabelecimento do ensino, expresso nas instituições militares pelos Quadros de Trabalho Semanal¹(QTS) e Planos de Matérias² (PLAMAS). O currículo real se refere ao processo refletido nas experiências de aprendizagem dos docentes e discentes que se efetivam na prática educativa, chamado também de currículo em ação.

¹ Conhecido nas instituições de ensino civil como: planejamento semanal, quadro semanal de aulas e rotina semanal.

² Conhecido nas instituições de ensino civis como programa de curso, que detalha os assuntos que serão estudados nas disciplinas. A ementa apresenta de forma sucinta as idéias gerais dos assuntos que serão abordados ao longo da disciplina

O currículo oculto, conforme afirma Silva (2011, p. 77) “exerceu uma forte e estranha atração em quase todas as perspectivas críticas iniciais sobre currículo”, no entanto, apesar de estar claramente presente nas escolas militares, ainda não constituiu um campo de pesquisa explorado. Compreendido como “normas e valores que são implicitamente, mas eficazmente ensinados nas escolas e sobre os quais o professor em geral não fala nas declarações de metas e objetivos” (APPLE, 2006 apud MENDES, 2013, p. 229), a noção de currículo oculto assinala que o “aprendizado incidental” que acontece durante um curso pode contribuir mais para a socialização do discente do que o próprio conteúdo ensinado (MOREIRA, 1997) e, por conseguinte, fonte de imensuráveis aprendizagens.

O ensino militar traz um paradigma pedagógico milenar, que é entendido como modelo formativo não análogo ao realizado no mundo civil, caracterizado por um tipo específico de socialização profissional. As concepções e práticas pedagógicas dos instrutores e docentes militares estão profundamente enraizadas neste imaginário, as quais acabam por ser reproduzidas de forma inconsciente. O instrutor é idealizado como modelo ideal de soldado, que, através do recurso da exemplaridade, deve ser referência para o educando. Portanto, o instrutor deve ter a consciência de que é exemplo ao assumir a função de instruir o militar em fase de formação. (FREIRE; ALBUQUERQUE; MAGALHÃES, 2010).

O docente é o mediador no processo de ensino-aprendizagem e para a qualidade na formação precisa estar atento à visão, missão, princípios e valores institucionais. O *ethos* militar não pode impor um conjunto de estratégias pedagógicas contrárias aos objetivos colimados. Neste sentido, faz-se necessário explicitar esse processo formativo, visto que a eficácia da atuação desse agente pedagógico reside no senso crítico, que torna possível a eventual adequação de sua prática pedagógica.

A temática da pesquisa “Quem descobriu o currículo oculto? Uma reflexão sobre a formação na PMERJ” tem como objetivo refletir sobre como o currículo oculto pode intervir nos processos formativos da PMERJ. Como, à primeira vista, denota um objetivo auspicioso diante da magnitude do tema, foram delineadas hipóteses para orientar a pesquisa, a saber:

O currículo oculto, mesmo com sua incidência nos ambientes de formação militar, não constitui uma temática relevante para a formação na PMERJ.

O descompasso entre a Pedagogia do Guerreiro e o Estado Democrático de Direito são uma realidade nos espaços formativos da PMERJ.

A conscientização sobre o que é e como se desenvolve o currículo oculto se torna primordial a todos os atores envolvidos no processo de formação.

Cortes e Mazzurana (2015, p. 12) confirma a “necessidade de aprofundar a compreensão desse fenômeno” e “traçar estratégias mais efetivas sobre pontos identificados como sensíveis para convergência dos saberes formais e informais. ” Acrescenta ainda a importância da aprendizagem recebida fora da escola e chama a atenção para os “conceitos, procedimentos e atitudes de seus colegas já formados ao iniciar sua trajetória profissional”.

Assim, buscou-se subsidiar a pesquisa com conhecimento já produzido na caserna sobre currículo oculto, através da identificação de trabalhos acadêmicos

catalogados na biblioteca da Escola Superior de Polícia Militar (ESPM), no eixo Formação Policial, e a consequente análise de suas respectivas abordagens.

Por fim, a proposta desta pesquisa é evidenciar a necessidade de promover espaços de discussão sobre o currículo oculto na formação policial, com objetivo de conscientizar os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem sobre a influência e desdobramentos desse fenômeno. O ideário, conforme afirma Silva (2011, p.80) é “desocultar o currículo oculto. Parte de sua eficácia reside precisamente nessa sua natureza oculta. [...]. Tornar-se consciente do currículo oculto significa de alguma forma, desarmá-lo.”

2. DESENVOLVIMENTO

Os parâmetros utilizados para a pesquisa foram os trabalhos acadêmicos catalogados na biblioteca da ESPM, oriundos do Curso Superior de Polícia Militar (CSPM) e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), onde se estabeleceu como primeiro critério de seleção o título e sinopse do trabalho, através da temática formação policial, conforme Quadro 1. Neste sentido, foram obtidos nove trabalhos no CSPM e seis trabalhos no CAO. Como Segundo critério, dentre os selecionados, foi verificado quais abordaram de alguma forma o tema currículo oculto, e, nesse universo, foram encontrados sete trabalhos do CSPM. Dentre estes trabalhos, somente dois abordaram o currículo oculto de forma explícita e discutiram sobre a influência do *ethos* do guerreiro na formação policial militar. Observou-se que muitos trabalhos tinham como objeto a matriz curricular, inserção de disciplinas e outras matérias que envolvem o ensino, mas não relacionados à temática currículo e formação.

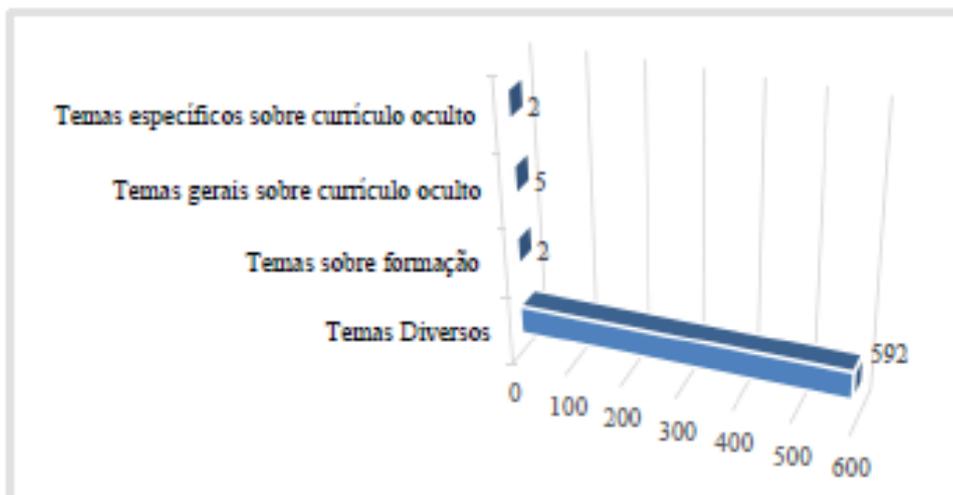
QUADRO 1: Trabalhos Acadêmicos com a temática de formação do período de 1988 a 2015

	Biblioteca n°	Tema	Ano	Eixo
C A O	305	O Ensino como Vetor de Transformação	1994	Formação
	537	Ensino Cooperativo: Um Novo Olhar Para a Formação do Soldado PM	2009	Formação
	655	Ética e Direitos Humanos: uma Avaliação da Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais da PMERJ	2011	Formação
	675	Atualização da Formação do Soldado da PMERJ para as Novas Demandas Sociais	2011	Formação
	722	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças: Importância da Certificação de Qualidade ISO 9001	2012	Formação
	829	Formação de Policiais Militares: Capacidades Múltiplas ou um Foco Único?	2013	Formação
C S P M	214	A Formação do Policial Militar em Face a Realidade Atual	1999	Formação
	217	"Ser policial é, sobre Tudo, uma razão de ser" - Cultura e Cotidiano da PMERJ	1999	Currículo oculto
	246	Canções de Guerra - um Signo Bélico da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro.	2002	Currículo oculto
	251	A Formação dos Policiais Militares no Estado Democrático de Direito - uma Proposta	2002	Currículo oculto
	281	Preparado para o Fracasso? Polícia e Política no Rio de Janeiro (1999-2002)	2004	Currículo oculto
	330	Identidade e Valor - Reflexões Acerca do <i>Ethos</i> Policial Militar	2007	Currículo oculto
	333	O Sistema de Formação da PMERJ: uma Avaliação Crítica da Formação e Treinamento Policial Militar	2007	Formação
535	A Violência como Elemento de Construção do <i>Ethos</i> do Policial Militar	2014	Currículo oculto - <i>ethos</i> do guerreiro	
563	<i>Ethos</i> do Guerreiro, <i>Ethos</i> Militar e Pedagogia Informal: sua Influência no <i>Ethos</i> Policial Militar	2015	Currículo oculto - <i>ethos</i> do guerreiro	

Fonte: Dados obtidos na Biblioteca da ESPM/PMERJ

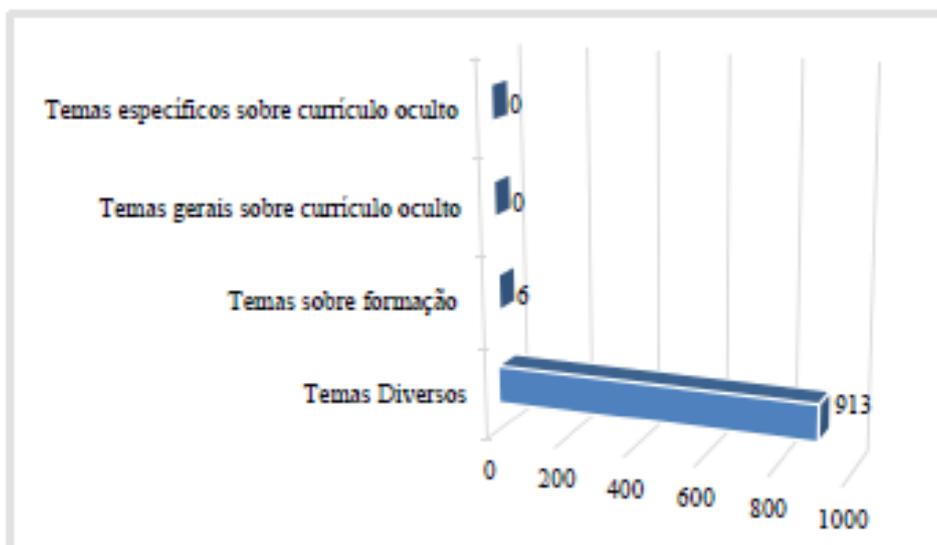
Os gráficos 1 e 2 demonstram o universo de pesquisa trabalhado e como a temática de currículo oculto ainda necessita ser reconhecida como tema relevante para instituição conforme índices ínfimos apresentados na temática de formação, e, em especial, currículo oculto.

GRÁFICO 1: Trabalhos Acadêmicos do CSPM catalogados no período de 1988 a 2015



Fonte: Dados obtidos na Biblioteca da ESPM/PMERJ

GRÁFICO 2: Trabalhos Acadêmicos do CAO catalogados no período de 1989 a 2015



Fonte: Dados obtidos na Biblioteca da ESPM/PMERJ

Além da revisita aos trabalhos acadêmicos como arcabouço bibliográfico para a pesquisa, foram utilizados conhecimentos produzidos por autores na temática de currículo oculto dentro das abordagens dos ensinios civil e militar.

2.1 A descoberta do currículo oculto

O ambiente escolar propicia processos e condições de aprendizagem que não se restringem aos currículos oficiais. Há aprendizagens por fontes imensuráveis que contribuem para aquisição de saberes, competências, valores, sentimentos, sem que estejam expressas em conteúdos previamente programados. Em consonância, Silva (2007) contribui com a definição de currículo oculto por Gimeno Sacristán:

A acepção do currículo como conjunto de experiências planejadas é insuficiente, pois os efeitos produzidos nos alunos por um tratamento pedagógico ou currículo planejado e suas consequências são tão reais e efetivos quando podem ser os efeitos provenientes das experiências vividas na realidade da escola sem tê-las planejado, às vezes nem sequer ser conscientes de sua existência. É o que se conhece como currículo oculto (SACRISTÁN, 1998, apud SILVA, 2007, p. 2).

Silva (2011) aponta alguns elementos presentes no ambiente escolar que contribuem para o currículo oculto. As relações sociais estabelecidas na escola, as características estruturais da sala de aula e da situação do ensino, embora não expressas em programas previamente elaborados, propiciavam aprendizagens relevantes. As relações de autoridade, organização espacial, distribuição do tempo, padrões de recompensa e castigo são fontes para o currículo oculto, assim, como os rituais, regras, regulamentos e normas.

Descobrir o currículo oculto significa compreendê-lo para poder identificá-lo. A conscientização de sua existência permite desocultar algo que não se deixa ver, tornando-o, assim, menos eficaz. Assim, analisar os processos sociais que caracterizam as subjetividades do currículo oculto, possibilitará atuar de forma consciente diante desse fenômeno, permitindo traçar estratégias mais eficazes diante das dissonâncias com o currículo oficial³.

2.1.1 Poder disciplinar

As relações sociais na escola são uma das fontes do currículo oculto. No ambiente militar, devido ao princípio basilar da hierarquia e disciplina, tais experiências são mais aparentes. A relação entre docente/instrutor e discente, administração e discente, e ainda discente e discente demonstram e evidenciam as relações de poder.

Alvito (2013) traz a reflexão sobre a importância das relações pessoais em detrimento das normas universais. Assim, discute as relações entre cadetes da antiga Escola de Formação de Oficiais (ESFO) da PMERJ, atual Academia de Polícia Militar D. João VI (APM João VI), mais especificamente a relação entre veterano – discente do terceiro ano - e bicho – discente do primeiro ano. Tais relações apesar de não previstas oficialmente, constituem práticas de aprendizagem de valores e comportamentos. Como mensagem dessa relação, Alvito (2009) destaca uma frase da memória dos que experimentaram esse rito onde os “jovens aprovados no concurso para a ESFO deixavam de ser civis e passavam a virar bicho”. Neste pensamento, os trotes seriam formas adotadas pelo veterano para adestrar o bicho, podendo ser moral e físico. O trote moral se refere a humilhação e o físico ao corpo.

³É conhecido como currículo formal ou oficial. Disponível em: <<http://curriculonaeducacao.blogspot.com.br/2012/09/debate-sobre-curriculo-real-oculto-e-4943.html>>. Acesso em 31 mai. 2016

Quanto aos direitos do bicho nessa relação, descreve três máximas: “o bicho não tem direitos, o bicho não pode reclamar desses direitos, e o bicho só tem três palavras: ‘Sim, Senhor’, ‘Não Senhor’ e ‘Vou me embora’.” (ALVITO, 2013, p. 163).

A arquitetura escolar também reflete a relação de poder, pois influenciam no processo ensino-aprendizagem de forma positiva ou negativa (SILVA, 2007). Assim, a organização da sala de aula, através da distribuição de seus assentos sob forma de fileira, demonstra a hierarquização presente, especialmente no ambiente militar, onde os assentos são ocupados de forma ordenada conforme escala hierárquica dos discentes, ou seja, obedecendo a antiguidade. A ordenação por fileiras, como forma de repartição dos indivíduos, é realizada segundo uma colocação atribuída a cada um, que pode ser segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, que traduz uma hierarquia do saber ou das capacidades, através das repartições de valores ou de méritos. O espaço escolar passa a funcionar como uma “máquina de ensinar”, bem como de “vigiar, de hierarquizar, de recompensar”, conforme ressalta Foucault (2011).

As disciplinas da mesma forma impõem ordem aos conteúdos que devem ser trabalhados de acordo com o tempo rigorosamente delimitado. O controle da atividade escolar, segundo horários – divisão do tempo; elaboração temporal do ato – ajustar o corpo a imperativos temporais, exemplificado pela marcha; o corpo e o gesto postos em correlação – “o corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”; articulação corpo-objeto – codificação instrumental do corpo; a utilização exaustiva – intensificação da utilização do tempo, relacionam-se com o poder disciplinar, assevera ainda Foucault (2011)

2.1.2 Identidade

O ideário ético-moral do policial militar, segundo Pereira e Ferreira (2007), tem como cerne o culto e a afirmação do herói, bem como a noção do sacrifício em nome do dever, conforme trecho expresso na Canção do Policial Militar: “Ser policial, é sobretudo uma razão de ser. É enfrentar a morte, mostrar-se um forte no que acontecer.”

Muniz (1999) discute o dilema identitário da PMERJ através da revisita a história, onde as ambiguidades entre a Polícia Militar e o Exército foram cristalizadas. Assim, a estrutura burocrática da PMERJ procede da organização das Forças Armadas, com intervenções na sua gestão durante quase 160 anos, onde foi comandada por um oficial do Exército.

Soma-se ainda a crise de identidade, segundo Muniz (1999, p. 84), o “híbrido institucional” originário da junção de três organizações: a Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia Militar da extinta Guanabara e a Polícia Militar do antigo Estado do Rio de Janeiro, que provocou impactos internos no processo de reestruturação.

2.1.3 Ritos de passagem

Turner (1974) disserta sobre os ritos de passagem, onde utilizou a definição de Arnold Van Gennep, com a caracterização de três fases: separação, margem e agregação.

"ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social de idade". Para indicar o contraste entre "estado" e "transição", emprego "estado", incluindo todos os seus outros termos. É um conceito mais amplo,

do que "status" ou "função", e refere-se a qualquer tipo de condição estável ou recorrente, culturalmente reconhecida. Van Genep mostrou que todos os ritos de passagem ou de "transição" caracterizam-se por três fases: separação, margem (ou "limen", significando "limiar" em latim) e agregação. (TURNER, 1974, p.116).

A separação refere-se ao afastamento do indivíduo ou de um grupo. No limiar, as características desse indivíduo são ambíguas. Na agregação, consuma-se a passagem.

A semana inicial dos cursos de formação militares, intitulada como semana zero, refere-se à semana de adaptação dos novos discentes. O *ethos* militarista é empreendido desde a semana inicial, onde "a "naturalização" de um comportamento violento surge a partir do condicionamento corporal e afetivo dos discentes por meio de uma violência exercida por ritos e exercícios desgastantes." (FRANÇA, 2014, p.11).

Albuquerque e Machado (2001) destacam que os ritos perpassam toda fase de formação, compreendidos como: ritos de ingresso - trotes acadêmicos, ritos de nivelamento – corte de cabelo e uniformização da indumentária e ritos de formatura nas Instituições Militares. Afirma, ainda, que a fidelidade aos valores militares passa pelo cultivo de ritos contrários a intenções democráticas expressas nos novos currículos.

O arquétipo⁴ do herói, que passa pelo percurso inicial do sofrimento para chegar ao seu limite e conquistar a condição heroica, marca esse processo formativo. As provações e privações são necessárias à conquista da condição de combatente.

2.1.4 Competição e espírito de corpo

A competição é incentivada na formação militar, através dos processos de avaliação que são classificatórios. Além das provas teóricas e práticas, que visam avaliar a aprendizagem referente ao currículo formal, existe também o acompanhamento e avaliação do discente "fora" da sala de aula, que observa sua conduta e postura, que podem resultar em punições ou exclusão.

A figura do xerife ou chefe de turma, que compreende a situação hierárquica do discente perante a turma, é destinada ao melhor classificado ou aquele possuidor de experiências militares anteriores, e, ainda, enfatiza o papel da hierarquia e a presença de relações de poder. Na formação de oficiais tais atributos são mais intensificados, uma vez que os cadetes são submetidos a processo classificatório anual, que lhe propicia situação hierárquica em relação a turma. Ao final dos três anos de formação, é realizada uma média geral com destaque aos três primeiros colocados que são homenageados e presenteados, e, também, destinado ao primeiro colocado situação hierárquica em patente superior aos demais formandos.

O espírito de corpo é uma representação social incorporada pelos processos de socialização da instituição militar, conforme afirma Storani (2008). Ressalta o

⁴ [...] 2. [Filosofia] Modelo ideal, inteligível, do qual se copiou toda a coisa sensível. (Para o platonismo, as ideias são os arquétipos das coisas; para o empirismo, certas ideias são os arquétipos de outras ideias). 3. [Psicologia] Na estrutura de Jung, estrutura universal proveniente do inconsciente coletivo que aparece nos mitos, nos contos e em todas as produções imaginárias do indivíduo. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/arqu%c3%a9tipo>>. Acesso em 04 jun. 2016.

afastamento do militar do não militar, através da suposta razão apontada por Castro (1990), decorrente da aquisição de espírito de corpo.

[...] comparada a outras profissões, a militar representaria um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade interna (espírito de corpo), mesmo que freqüentemente aos preços de um distanciamento entre os militares e o mundo civil. (CASTRO, 1990 apud STORANI, 2008, p. 31).

2.1.5 Canções de guerra

As canções de guerra fazem parte da tradição nas instituições militares, as quais são entoadas em deslocamentos e atividades físicas com o objetivo de motivar, criar ou reforçar o de espírito de corpo.

As letras das canções entoadas nos estabelecimentos de ensino da PMERJ revelam a atração pelo *ethos* do guerreiro, evidenciada pela mística subjetiva da imagem do combatente.

A assertiva realizada por Pereira (2002) refere-se à conscientização dos formandos quanto à visão de que as canções de guerra não refletem a mensagem da missão precípua da Polícia Militar de proteger democraticamente a sociedade.

Romeu (2014) demonstra a ambivalência do currículo oculto através das canções entoadas a margem da formalidade, que ainda se encontram presentes nos espaços formativos.

Homem de preto qual é a sua missão?
Entrar pelas favelas e deixar corpo no chão.
Homem de preto o que é você faz?
Eu faço coisas que assustam satanás.
BOPE vai te pegar.
BOPE vai te pegar. (ROMEU, 2014, p. 13).

2.2 Pedagogia do guerreiro: entre o sagrado e o profano

A pedagogia do guerreiro trata de estudar práticas, métodos e princípios da educação tipicamente militar, que se destina a formação do combatente, onde valores como hierarquia, disciplina, patriotismo, espírito de corpo, sentimento do dever, honra pessoal, pundonor policial militar e decoro da classe, são internalizados pelo indivíduo pela conquista do *ethos* do guerreiro.

Freire, Albuquerque e Magalhães (2010, p.119) investigam a pedagogia do guerreiro e contribuem com o conceito de que “visa à formação de um tipo de sensibilidade e de visão de mundo próprias do soldado, a partir de uma característica fundamental da profissão militar: a possibilidade de confronto com o inimigo e a necessidade de manter-se firme diante da ameaça de morte”.

Assim, o imaginário educacional militar é manifestado por meio de metáforas, símbolos, imagens visuais, conceitos e figuras míticas, que são materializadas nas concepções e práticas pedagógicas. (FREIRE; ALBUQUERQUE; MAGALHÃES, 2010).

O arquétipo do herói constitui um ideário da pedagogia do guerreiro, onde é caracterizado pela força, destreza, destemor, capacidade de sacrifício, valores éticos e conjunto de regras morais elevadas. Freire, Albuquerque e Magalhães (2010) ainda

destacam a visão do heroísmo como algo que não é nato do indivíduo, mas uma característica desenvolvida pelo processo de ensino-aprendizagem.

A busca pelo modelo ideal de militar, que se revela na figura do exemplo, é comumente exercida pelo instrutor. Da mesma forma, o processo formativo é marcado pelas provações e privações expressas pelos sofrimentos que integram os ritos de passagem, para alcance da condição de combatente. O sacrifício e a ultrapassagem de limites físicos e mentais garantem a conquista do *ethos* do guerreiro.

A palavra *ethos* tem origem grega e o seu significado está centrado em hábitos e costumes. Queiroz (2015, p.10) contribui para a definição e diz que o “*ethos* está diretamente relacionado a cultura e à ética de um grupo.”

O *ethos* militar, herdado das forças armadas, tem seus pilares na hierarquia e disciplina, o que resulta na origem e separação de dois mundos, o “intramuros” e o “extramuros” (STORANI, 2010). Permeado por normas, regulamentos, símbolos militares, ritos de passagem, cerimônias e formaturas militares, que separam o indivíduo militar do civil, o *ethos* militar se mostra presente no cotidiano castrense, com maior evidência nos períodos de formação e cursos militares de especialização e extensão.

Segundo Muniz (1999, p. 112) as metáforas militares remetem a “alegorias associadas à simbologia da guerra como o ‘combate’, ‘confronto’, o ‘inimigo’ etc.”, termos utilizados nos treinamentos e procedimentos operacionais das polícias, que resultam na ênfase à postura do “combate ao crime”.

Do mesmo modo, o *ethos* do guerreiro desponta neste cenário “como atributo necessário e fundamental para o policial militar, a fim de que esse seja capaz então, de atuar e sobreviver em ambientes hostis.” (QUEIROZ, 2015, p.16). Sintetiza ainda o autor que “o *ethos* militar, acaba por nos remeter ao *ethos* do guerreiro, que está fortemente presente e relacionado ao *ethos* policial militar”.

Romeu (2014, p.6) discute a “glamourização” que nossa sociedade dá a violência e destaca a última cena do filme *Tropa de Elite* em que o Capitão Nascimento entrega uma espingarda calibre 12 ao Tenente Matias, para que este mate o criminoso chamado Baiano, que já se encontrava ferido e preso pelos policiais militares. A cena em questão denota um rito de passagem que representa a agregação, ou seja, a fase final para a conquista do *ethos* do guerreiro.

Neste sentido, o currículo oculto existente nos espaços de formação “estimula a busca do resultado operacional como razão de ser da atividade policial, não importando os meios necessários para obtê-los” (ROMEU, 2014, p. 8), e evidencia o descompasso entre o currículo oficial e a prática do policial militar.

A matéria jornalística do Jornal Extra desoculta algumas práticas desse currículo, que relata experiências dos discentes no Curso de Formação de Soldados durante a semana de adaptação, chamada semana zero.

Ao longo da última semana, o EXTRA ouviu relatos de uma dezena de recrutas da PM da turma de Paulo, a 5ª Companhia Alfa. Os alunos contam que o treinamento de terça-feira foi uma “suga”, que leva o recruta ao limite físico. Segundo os relatos, quem não conseguia acompanhar a turma, era submetido a choque térmico com água gelada ou era obrigado a sentar no asfalto quente. No dia, a temperatura no CFAP, em Sulacap, chegou aos 42°C. Nélio Monteiro Campos, comandante do CFAP, afirmou que, 33 dos 490 alunos da turma precisaram de algum tipo de atendimento médico. Desse total, 18 sofreram queimaduras nas nádegas ou nas mãos [...] Os policiais

ainda teriam sido obrigados a rolar e sentar no chão quente, num lugar conhecido como Chão de Pedra, que fica atrás do prédio onde acontecem as aulas teóricas do curso (SOARES, 2013).

A experiência denota a submissão do aluno a momentos de provações e privações, que constitui um rito de passagem do indivíduo civil para sua transformação em militar, um guerreiro, porém a experiência resultou em morte do aluno. Neste contexto, comprova-se a concorrência entre o currículo oficial e o currículo oculto, e, conseqüentemente, a necessidade de contrapor essa ambivalência.

Romeu (2014, p. 14 e 15) assevera que a desqualificação do Estado Democrático de Direito não vem dos valores da caserna, mas da “reprodução de um *ethos*, do guerreiro, inadequado a atividade policial”.

Magalhães (2015, p. 2) aponta a necessidade de adaptações à pedagogia do guerreiro, baseada em experiências do Exército Brasileiro, onde destaca que a “própria forma atual de fazer guerra – difundida a partir de 1989, com o fim da Guerra Fria - exige maior integração dos militares na sociedade”. Logo, é preciso se adaptar à sociedade contemporânea e considerar as exigências advindas do Estado Democrático de Direito.

Assim, o dilema entre o sagrado e o profano instituído pelo *ethos* do guerreiro se confunde nas instituições policiais entre a veneração do arquétipo do herói, visto como necessário e complementar ao processo de formação, e a contraposição ao combate do inimigo, devido à natureza da função policial militar que atua na segurança pública em um Estado Democrático de Direito.

Diante da inadequação do *ethos* do guerreiro, Romeu (2014) propõe um novo *ethos*, que manteria os valores da Instituição e o arquétipo do herói, mas que se enquadrasse no Estado Democrático de Direito, que denominou como *ethos* do policial militar.

2.3 Desafios para a formação na PMERJ

Os currículos dos cursos de formação da PMERJ foram atualizados e seus aspectos conceituais, metodológicos e técnicos alinhados para melhor orientar os processos de ensino-aprendizagem. Como documento norteador para organização das ações formativas utilizou-se a Matriz Curricular Nacional, que tem o ensino por competências como centro da sua concepção educacional (SESEG/RJ, 2012).

Ressalta-se que mesmo após o processo de revisão curricular e posterior alinhamento dos docentes nas respectivas disciplinas, ainda persistiu o currículo oculto em dissonância ao currículo oficial.

Diante dessas incongruências a SESEG estabeleceu diretrizes para a recepção de alunos dos órgãos de formação policial e práticas das instituições de ensino policial durante os cursos de formação, relacionadas às condições de bem-estar biopsicossocial, considerando que a concepção do direito à segurança pública com cidadania demanda a sedimentação de Políticas Públicas de Segurança pautadas no respeito aos Direitos Humanos (PMERJ, 2013), dentre outras considerações, das quais ressalta-se:

- que os órgãos de formação policial devam promover a mudança de cultura em que o uso de práticas pautadas por esforço físico superior ao suportado pelo aluno, atividades realizadas em locais inadequados para instrução ou

sob condições climáticas incompatíveis, que não permitam condições de bem estar biopsicossocial, bem como, a imposição de exercícios físicos como forma de punição, sejam banidas, juntamente com toda espécie de ato que possa provocar constrangimentos, danos físicos e morais aos novos alunos (PMERJ, 2013, p. 44).

A diretriz não foi recebida como promotora de melhoria aos processos formativos, mas como uma ação de controle e pouca flexibilização das práticas necessárias a socialização militar. Como forma de inibir os ritos de passagem a diretriz não foi instituída com vistas a conscientização pelos atores envolvidos no cotidiano escolar, mas como forma de repressão a práticas vilipendiadoras dos Direitos Humanos.

Os processos de mudança precisam ser experimentados por cada indivíduo, através da conscientização e consequente compromisso, com vistas ao alcance do objetivo esperado. A diretriz não propiciou um estado de conscientização e, sim, uma forma de repressão. Logo, não atingiu os fins a que destinava.

Em 2014, decorridos dois anos de aplicação do currículo, iniciou-se um novo processo de atualização do currículo do Curso de Formação de Soldados. Cortes e Mazzurana (2015) classificam os resultados por fatores internos e externos. Como fatores internos, destaca as alterações no currículo, onde as adequações de disciplinas e inclusão de novas disciplinas fizeram parte dessas mudanças. As estratégias de ensino também foram alvo de adequações.

Os fatores externos foram destacados como dimensões do processo formativo, que compreendem a estrutura do órgão de ensino, através da Divisão de Ensino, que trata da parte pedagógica, e o Corpo de Alunos, a quem cabe a gestão administrativa do aluno, com a responsabilidade de orientação e controle disciplinar. Desta forma, Cortes e Mazzurana (2015) destacam que a questão disciplinar é dissociada da proposta curricular e afirma a existência de um currículo oculto.

A questão disciplinar, embora impacte o processo de ensino, é dissociada da proposta curricular. A socialização do aluno se dá neste contexto, que constitui um terreno fértil para o fortalecimento de um currículo oculto. (CORTES; MAZZURANA, 2015, p. 8).

O currículo oculto passa a concorrer ou desconstruir conteúdo do currículo formal quando traz o entendimento de que o ser e fazer polícia ocorre unicamente pela experiência, que se traduz pelo reforço de práticas profissionais experimentadas pelos mais antigos ou por valores e atitudes contrários aos expressos no currículo formal.

Diante deste contexto verifica-se o currículo oculto como ponto emergencial a ser enfrentado pela gestão de ensino da PMERJ. Nota-se ainda a preocupação da SSEVP/SESEG em conhecer todas as dimensões do currículo oculto uma vez que integrou parcerias em pesquisa nesta área. Como desafio à formação na PMERJ está a necessidade de compreensão do fenômeno currículo oculto, para que se possa desvelar e minimizar seus efeitos.

3. CONCLUSÃO

Ao entender o que é currículo oculto percebe-se como sua presença é notória no cotidiano escolar, principalmente no âmbito militar. Os valores, crenças e tradições ensejam elementos que fomentam a existência desse currículo. Assim, o currículo oculto é um fenômeno que intervém sobre o processo de formação, e não pode ser despercebido pelas instituições de ensino. Apesar da

inegável presença do currículo oculto nos espaços de formação da PMERJ, bem como sua relação com o eixo de pesquisa Educação Policial, verifica-se que a temática não foi explorada no âmbito acadêmico do CSPM e CAO.

Revelada a existência do currículo oculto na formação do policial militar, faz-se necessário identificar o gap⁵ originário da Pedagogia do Guerreiro que diverge ao currículo formal, cujo cerne é atuação do policial militar na segurança pública em um Estado Democrático de Direito. Neste sentido, não estaríamos mais entre o sagrado e o profano, mas diante de um novo paradigma a ser instituído, uma pedagogia própria, produto de estudo parametrizado pela instituição, sendo instituída como fator endógeno para promoção de mudanças.

A compreensão do que é currículo oculto e suas formas de manifestação se torna um desafio a formação policial militar, pois a partir do momento que os atores envolvidos nos processos de formação se conscientizam de sua existência e possibilidades, precisam atuar com responsabilidade e assumir o compromisso necessário a uma formação de qualidade. O currículo oculto deixa sua efetividade a partir do momento que deixa de ser oculto. Logo, na ostensividade cumpre o papel de agregar valores que coadunem com a atual política de ensino que se encontra atrelada aos princípios e valores, na missão e visão traduzidos no Mapa Estratégico da PMERJ⁶.

Destarte, como proposta para a desmistificação do currículo oculto aponta-se a necessidade de promover espaços de discussão dentro e fora dos estabelecimentos de ensino da PMERJ, gerenciados pela Diretoria Geral de Ensino e Instrução (DGEI). Nos ambientes acadêmicos, propõe-se fomentar pesquisas orientadas pela DGEI no eixo de educação policial na temática currículo oculto. Para os órgãos de ensino, a criação de Estágio de Atualização Pedagógica (EAP), a ser realizado semestralmente com todos os OAE, onde traga discussões sobre temas atuais e promova espaço de discussão, com divulgação de pesquisas e direcionamento estratégico para o ensino, destinado a todos os atores envolvidos na formação, ou, ainda, criar especificidades por áreas com objetivos e metas bem delineadas, através de seminários ou estágios específicos para o corpo docente, gestores, corpo de alunos, etc., como objetivo de, em momento posterior, integrar as visões, alinhar as ações e agregar maior valor mediante a possibilidade de trocas de experiências.

A descoberta do currículo oculto deve ser diária para que não propicie espaços que se manifestem na obscuridade. Ao subsistir no oculto, oportuniza que práticas em desacordo ao currículo oficial se manifestem. Contudo, a noção de currículo oculto traz a luz algo que normalmente aparecia como sombra, e, assim, através dessa consciência emerge a possibilidade de mudança.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos de Linhares e MACHADO, Eduardo Paes. *Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar*. **Sociologias**. 2001, n.5, p. 214-237. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n5/n5a10.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2016.

ALVITO, Marcos. Memórias de “bicho”. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.7, p. 155-173, 2013. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4114327/revista_AGCRJ_7_2013.pdf Acesso em 01 mai. 2016.

CHAVES, Ozinei dos Santos. Teorias do Currículo: concepções, verdades e contradições. **Webartigos: Educação**, 2013. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/teorias-do-curriculo-verdades-concepcoes-e-contradicoes/111244/>>. Acesso em 24 abr. 2016.

⁵ Palavra inglesa que significa lacuna, vão ou brecha. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/gap/>>. Acesso em 24 Abr 2016.

⁶ Disponível em <<https://esppmerj.files.wordpress.com/2013/05/mapa-estratic3a9gico-e-projetos.pdf>>. Acesso em 31 mai. 2016

CORTES, Vanessa de Amorim; MAZZURANA, Leonardo. Atualização curricular do CFSd: contribuições para gestão educacional na área da segurança pública. **Cadernos de Segurança Pública**, ano 7, número 06, jul. 2015. Disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/Rev20150701.pdf> > . Acesso em 24 abr. 2016.

FERREIRA, Roberto César Medeiros; PEREIRA, Íbis Silva. **Identidade e Valor: reflexões acerca do Etos Policial Militar**. 2007. 168 f. Monografia - Curso Superior de Polícia Integrado, Escola Superior de Polícia Militar, Niterói.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 131-214, 2011.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **Humanização, disciplinamento e violência: imagens antropológicas de um quartel de polícia militar**. In: I Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica. Belém/PA, 2014. Disponível em <http://www.eavaam.com.br/anais/anais/38.pdf> > . Acesso em 01 mai. 2016.

FREIRE, Fabio Facchinetti; ALBUQUERQUE, Andréa Carvalho de Castro; MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. Uma Concepção Pedagógica de Ensino Militar: reflexões para elaboração de um plano de desenvolvimento do ensino militar. In: GOMES, Julio Cesar e SCHAFFEL, Sarita Léa (orgs.). **Currículo: limites e possibilidades**. Rio de Janeiro: CEP, p. 109-127, 2010.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa Magalhães. Pedagogia do Guerreiro na educação militar, rituais e simbologias heroicas foram alunos em internatos, isolados da vida civil, em pactos de guerra e morte. **Revista de História**. 2015. Disponível em <http://rhbn.com.br/secao/capa/pedagogia-do-guerreiro>>. Acesso em 24 abr. 2016.

MENDES, Maíra Tavares. Ideologia e currículo no acesso ao ensino superior. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 225-235, jun. 2013. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/download/9649/7063>>. Acesso em 24 abr. 2016

MOREIRA, Antonio Flavio (org.). **Currículo: Questões atuais**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **“Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser”**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 286 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Carlos Eduardo Milagres. **“Canções de Guerra”**: um signo bélico na formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro. 2002. 55 f. Monografia - Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

QUEIROZ, Daniel de Miranda. **Ethos do Guerreiro, Ethos Militar e Pedagogia Informal: sua influência no Ethos Policial Militar**. 2015. 26 f. Artigo Científico - Curso Superior de Polícia Militar, Escola Superior de Polícia Militar, Niterói.

RIO DE JANEIRO. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Resolução SESEG nº 729 de 04 de dezembro de 2013**. Boletim da PMERJ nº. 085 de 06 de dezembro de 2013, p. 43-45.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Segurança. **Currículos para os Cursos de Formação Soldados – Cabos – Sargentos**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1045734/DLFE-52905.pdf/curriculocfap.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2016.

SILVA, Carlos Alberto Pereira. Ambiente escolar: o currículo oculto maltratado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n.14, p. 192 – 214, jan/jun 2007. Disponível em <http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4470/3661>>. Acesso em 24 abr. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade; uma introdução as teorias do currículo**. 3. ed.- 3. reimp - Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOARES, Rafael. Após uma semana internado, recruta do CFAP tem morte cerebral decretada. **Jornal EXTRA**, Rio de Janeiro, 18 nov. 2013. Casos de Polícia. Disponível em <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/apos-uma-semana-internado-recruta-do-cfap-tem-morte-cerebral-decretada-10814546.html>>. Acesso em 22 mai. 2016.

STORANI, Paulo. “**Vitória sobre a morte: a glória prometida**”; o “**rito de passagem**” na construção dos **Operações Especiais do BOPE**. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ROMEU, Fabio de Sá. **A violência como elemento de construção do Ethos do Policial Militar**. 2014. 29 f. Artigo Científico - Curso Superior de Polícia Militar, Escola Superior de Polícia Militar, Niterói.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.